

Práticas pedagógicas de prevenção à saúde docente

Laurimar de Matos Farias/UFPA
laurimatos73@gmail.com

Julienne Edienne Pereira Pantoja Monteiro/UFPA
juliennepereira@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações existentes entre as práticas pedagógicas e as ações de orientação e cuidado com a saúde docente. A saúde dos/as trabalhadores/as da educação é uma temática de pesquisa que vem sendo discutida e estudada com bastante frequência nos últimos anos, isso, em decorrência, principalmente, do crescente número de adoecimentos que os/as profissionais desta categoria apresentam, sejam eles de origem osteomioarticular ou emocionais. Para o alcance do objetivo proposto, nosso percurso metodológico foi construído a partir da revisão da literatura sobre a temática práticas pedagógicas e adoecimento docente, assim como análises de dados a partir de relatórios anuais da Secretaria Municipal de educação de Belém/Pará/Brasil - SEMEC resultante de pesquisa documental. Conclui-se que a atuação de profissionais multidisciplinares com ações preventivas de cuidado para com os/as docentes da rede pública é uma política acertada, uma vez que a promoção e prevenção não só auxilia na condução de minorar o adoecimento, como, também, permite acolher aqueles que, por sua vez, se encontram adoecidos por fruto da sua jornada laboral.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Pedagógicas. Trabalho Docente. Adoecimento Docente

INTRODUÇÃO

A política educacional brasileira, nas últimas três décadas do presente século, apresenta panoramas diversos sobre as práticas pedagógicas e suas muitas perspectivas do saber e do efetivo trabalho docente. Isso, muitas vezes, sem considerar: a ação cotidiana dos sujeitos pedagógicos envolvidos na construção do processo educativo e as especificidades de diversas ordens, sobretudo a questão afetiva, emocional, saúde e bem-estar destes/as trabalhadores/as.

De um modo geral, se costuma associar as práticas pedagógicas somente às atividades desenvolvidas pelos/as educadores/as em sala de aula, mas sabe-se que toda ação pedagógica, “em seu sentido de práxis, configura-se sempre como uma ação consciente e participativa, que emerge da multidimensionalidade que cerca o ato educativo”. Nesse sentido, pode-se dizer que “uma aula ou um encontro educativo tornar-se-á uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades” (Franco, 2016, p. 536).

Nesse aspecto, tratamos as ações pedagógicas realizadas pela Secretaria de Educação do município de Belém/PA junto aos/os servidores/as, com vista a prevenir e orientar aos/as profissionais no cuidado com a saúde física e mental, a partir de ações desenvolvidas pelo Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador - NAST, como práticas pedagógicas. Considera-se que as ações e/ou práticas pedagógicas desenvolvidas pelo NAST, através de uma equipe multidisciplinar (pedagogos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, educadores e administrativos), são realizadas com base na construção e análise anual do perfil epidemiológico dos/as servidores/as da Rede Municipal de Educação de Belém-RME, o qual aponta os índices de adoecimento na rede, as patologias em maior prevalências, categorias de trabalhadores/as mais afetados/as, escolas com um maior índice de adoecimento; entre tantos outros resultados, que servem de base para o planejamento do NAST, ao que se refere as práticas a serem adotadas para prevenção e promoção da saúde.

É importante destacarmos, nesse contexto, de construção e planejamento, no que se refere práticas pedagógicas desenvolvidas afim de ser promover a saúde dos/as trabalhadores/as da educação, sobretudo na escola pública, a pandemia de 2020. O contexto pandêmico trouxe medo, insegurança e adoecimentos aos/as servidores/as da educação, a saúde mental destes/as trabalhadores/as gerou uma maior preocupação. As práticas pedagógicas a serem desenvolvidas para a promoção da saúde na RME precisaram ser reformuladas para a realidade imposta pela pandemia da COVID-19 no ano de 2020, as mudanças ocasionadas estão além de aulas remotas, reorganização do currículo escolar; a vida afetiva, pessoal e a saúde de todos/as foram alterados/as, de forma abrupta, gerando um impacto na educação, saúde e economia.

As muitas formas de cuidado com a saúde do corpo e da mente do/a trabalhador/a devem ser observadas e incentivadas por aqueles que são responsáveis pelas políticas públicas

que garantem o bem-estar destes/as profissionais na realização do seu trabalho cotidiano, com respeito e cuidado. Não basta para isso ações desconectadas da realidade e/ou necessidade de cada categoria, considerando, sobretudo, seu espaço de trabalho, suas expectativas profissionais, sua remuneração, carreira e valorização, entre outras que interferem diretamente na saúde e adoecimento.

A partir dessas considerações, o texto objetiva analisar as relações existentes entre as práticas pedagógicas e as ações de orientação e cuidado com a saúde docente. Metodologicamente pode-se afirmar que se trata de uma pesquisa quali-quantitativa, cujo os instrumentos utilizados permitiram uma revisão da literatura sobre a temática práticas pedagógicas e adoecimento docente, assim como a utilização de dados a partir de relatórios anuais disponibilizados pela SEMEC o que caracteriza tal trabalho como pesquisa documental ao considerarmos seus procedimentos (Gil, 2010).

O texto está organizado em quatro seções, incluindo essa introdução que apresenta os elementos basilares do texto. A segunda seção apresenta uma síntese da revisão da literatura que permite o diálogo com os autores sobre as principais categorias trabalhadas no texto como: trabalho docente, adoecimento docente e práticas pedagógicas. A terceira seção dialoga com o referencial e a revisão da literatura trazendo informações extraídas dos dados epidemiológicos do Núcleo Saúde do Trabalhador/NAST. As considerações finais contribuem nessa organização como a quarta seção de sintetizar o que foi discutido no decorrer do texto apresentado avanços e lacunas de futuras investigações.

TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE

O adoecimento docente é uma categoria que merece atenção nessa discussão, pois apresenta-se como um tema relevante nos dias atuais. Sendo uma profissão que exige um esforço físico, psicológico e mental é factível de adoecimento. Esse adoecimento pode estar relacionado diretamente às modificações e (re) organização do trabalho, que exige uma jornada ampliada, acelerada e intensa, condicionada a falta de condições estruturais no ambiente de trabalho e na condição material disponível. Antunes (2009, p. 206) pontua essas modificações: “A década de 80 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas

transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política”.

Estudos apontam uma pluralidade ao que se refere as causas do sofrimento do/a professor/a diante do processo de trabalho, destaque para: tristeza, sentimento de impotência e frustração, sentimento de incompetência, desesperança, perda de sentido no trabalho, angústia, desgosto, cansaço, desânimo, desmotivação com o exercício profissional, tensão emocional (Brasil et al., 2016).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), considera a profissão docente como uma das mais difíceis e estressantes, ou seja, uma profissão com grandes riscos para desencadear vários tipos de adoecimentos no trabalhador da educação. Assim, o espaço educativo, seja formal ou não formal, pode ser um ambiente causador ou catalisador de sofrimento emocional, desgaste físico e mental, estresse, ansiedade entre outros tipos de adoecimento.

Considerando a sistematização organizativa da revisão da literatura sobre a temática, o trabalho faz uma análise basilar da realidade das práticas pedagógicas a partir de ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Belém - SEMEC e como essas ações promovidas pela SEMEC contribuem na minoração do adoecimento docente. Destacamos que os dados apresentados dialogam com a literatura disponível e demonstram um panorama da realidade estatística da rede municipal quanto ao adoecimento de trabalhadores/as da educação.

Destacamos que a categoria trabalho docente permeia o texto, pois consideramos que este se refere ao exercício de um conjunto de funções ou atribuições específicas que são exclusividade do profissional da docência: o professor. De acordo com Farias, 2010, o professor é, então, sob esse aspecto conceitual, o trabalhador que exerce dentro dos espaços escolares, assim como fora deles, atividades que estão (co) relacionadas intrinsecamente à dialética entre o ato de formação de indivíduos e a (re) significação de conhecimento antigo e a descoberta de novos saberes.

A função docente se mostra, nos dias atuais, como uma profissão dinâmica, complexa e desafiadora, se considerarmos as muitas mutações ocorridas no mundo do trabalho. Mutações essas que se apresentam como fruto das exigências do sistema capitalista, e os

consequentes rearranjos políticos e econômicos do mercado internacional globalizado. E estas mutações, em sua grande maioria, se originam nas determinações políticas das instituições gerencialistas do capital mundial, personificadas na figura, especialmente, do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e na Organização Mundial do Comércio (OMC) (Lima, 2007).

Nessa perspectiva Dourado (2002, p. 236) assevera que essas relações, especialmente as que se apresentam centradas fundamentalmente nas relações sociais hegemônicas do sistema de produção capitalista, traduzem-se “em resultados destas complexas e significativas mudanças, que geram alterações significativas no processo produtivo e, em decorrência, no conteúdo e nas formas do processo de trabalho”, incluindo, conseqüentemente, o trabalho docente.

As mudanças impostas pelo neoliberalismo, com sua política voltada unicamente aos interesses do capital, não consideraram o ser humano e/ou trabalhador/a em suas particularidades, afetividade e aspectos biopsicossociais, em especial, no que se refere à saúde deste indivíduo. O novo conceito desta política é o sujeito enquanto mercadoria, em que se pode e deve explorar ao máximo suas capacidades físicas e mentais, a ponto de exaurir-se as forças e conseqüentemente ter no adoecimento o resultado desse processo, no qual o/a trabalhador/a é descartável para o mercado.

Essas alterações convergem para um maior desgaste do/a trabalhador/a, tendo em vista que com a ordem de lucros acima do ser humano, ambientes de trabalho cada vez mais precários estão dispostos nas sociedades contemporâneas, assim como relações entre os sujeitos, a intensificação do trabalho para alcançar altos níveis de produção, impostas pelo capital, exigindo assim do/a trabalhador/a grandes esforços físico e mental. A respeito da intensificação do trabalho, Dal Rosso (2008, p.20) afirma que “Sempre que falamos em intensidade do trabalho partimos da análise de quem trabalha, isto é, do trabalhador. Dele é exigido algo a mais, um empenho maior, seja física, seja intelectual, seja psiquicamente, ou alguma combinação desses três elementos”.

A saúde dos/as trabalhadores/as da educação é uma temática de pesquisa que vem sendo discutida e estudada com bastante frequência nos últimos anos, isso, em decorrência, principalmente, do crescente número de adoecimentos que os/as profissionais desta categoria

apresentam, sejam eles de origem osteomioarticular ou emocionais. É óbvio que este profissional apresenta outros tipos de adoecimentos, como o afastamento por distúrbios da voz, problemas cardiovasculares, neoplasias malignas, entre muitos outros, no entanto, os adoecimentos musculares (túnel do carpo, hérnias, artrite, reumatismo) e os psicossomáticos (depressão, síndrome do pânico, ansiedade, estresse, síndrome de Burnout) são os que mais acometem e afastam os/as trabalhadores/as da educação no município de Belém (SEMEC, 2021).

É importante destacar que as doenças emocionais são uma constante em crescimento entre aqueles que desenvolve atividades do magistério e nem sempre tem uma relação direta com o tempo de serviço e/ou idade. Alguns profissionais apresentam afastamento, por atestados médicos ou laudos periciais, pouco tempo depois de ingressarem nas atividades docentes do município de Belém. Profissionais em início de carreira no serviço público, jovens e que começam a associar e projetar no espaço educativo, um ambiente propício ao sofrimento e adoecimento.

Assim, como também se pode encontrar, educadores/as com grande experiência e tempo de serviço, extremamente adoecidos/as e decepcionados/as com a educação, com o ambiente de trabalho; profissionais que dedicaram suas vidas ao processo de ensino aprendizagem e chegam ao final de suas carreiras adoecidos/as físico e emocionalmente, em sua grande maioria, com doenças de origem funcional.

O adoecimento docente pode ter sua origem através de diversos fatores: longas jornadas de trabalho, deslocamento entre os espaços educativos (educadores que ministram aulas em 02 ou mais escolas), falta ou insuficiência de materiais pedagógicos que possam auxiliar no processo de ensino aprendizagem, desvalorização profissional perante a sociedade e/ou família, violência no ambiente escolar, pouca ou nenhuma parceria da família dos/as educandos/as para o fortalecimento do trabalho desenvolvido, predisposição genética, entre outros.

O espaço de trabalho, nesse caso unidades educativas, tem se tornado cada vez mais estressante, violento e cansativo. Esses fatores levam muitos trabalhadores/as ao adoecimento, sejam eles/as professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, merendeiras, serviços gerais, entre outros.

Todos são trabalhadores/as da educação, independente das funções exercidas, e sofrem diariamente com os diversos fatores que agravam sua saúde, os quais podem desencadear desde doenças osteomusculares até as psicossomáticas, como, por exemplo, a depressão, que acomete muitos/as trabalhadores/as.

As jornadas de trabalho diárias dos/as profissionais que atuam na educação, independentemente, do vínculo, cargo e/ou função, são extensas, cansativas e em muitos casos ou na maioria deles, ultrapassam o espaço laboral. Trabalhadores/as que, preocupados/as com o desenvolvimento do processo educativo como um todo, levam demandas para seu ambiente pessoal, ou seja, o trabalho invade o lar e pode retirar deste/a trabalhador/a momentos de descanso, passeios, consumo da cultura local, a prática de exercícios físicos ou ainda tempo para que possa planejar uma alimentação mais saudável. Ações que estão diretamente correlacionadas para uma vida com mais saúde e bem-estar sociocultural.

Profissionais que necessitam atuar em vários lugares, deslocando-se por longas distâncias, para assim, obter retorno financeiro capaz de suprir suas necessidades pessoais e sociais. Essa é a rotina desses/as trabalhadores/as que, em certa medida, são acometidos por adoecimentos fruto de seu trabalho.

Nesse sentido, não se pode deixar de fazer uma aproximação com o que, de fato, é a saúde do/a trabalhador/a nesse trabalho. A literatura recente diz que a saúde do/a trabalhador/a, a partir do Conselho Nacional de Saúde, é um “conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção proteção da saúde dos trabalhadores [...]”, diz ainda essa legislação, que tal ação também “visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho” (Brasil, 1990).

Em trabalho recente Saldanha, Pereira, Neves (2021, p. 17) destacam que o trabalho pode trazer riscos à saúde do/a trabalhador/a. Esses autores afirmam que o trabalho “pode gerar a deterioração da saúde dos trabalhadores pela presença de riscos ocupacionais que, ao interagirem com o trabalhador no seu ambiente de trabalho podem gerar doenças e agravos relacionados ao trabalho”.

A saúde, o bem-estar físico e social do/a trabalhador/a, pode estar diretamente ligada ao seu ambiente de trabalho, seja por meio da valorização e respeito profissional, por

condições adequadas para o desenvolvimento das atividades ocupacionais ou ainda por questões externas. Mas existem aqueles que provocam adoecimentos em decorrência de problemas familiares, dificuldades financeiras, ausência ou pouco tempo para atividades de relaxamento e altas exigências pessoais.

Para o/a trabalhador/a da educação, se põe um contexto misto de prazer e sofrimento ligados ao trabalho. Estudos mostram que “cerca de 90% dos professores estão muito satisfeitos com seu trabalho. No entanto, 48% deles apresentam algum sintoma da síndrome do Burnout, revelando que, no trabalho docente, caminham lado a lado prazer e sofrimento” (Codo, 2004, p. 53).

Percebe-se nesse estudo que é de fundamental importância que a gestão da educação pública, deve empreender tempo, recursos humanos e financeiros, programas, políticas e investimentos diversos com vista a promover uma política de prevenção, orientação e acompanhamento sistemático aos/as trabalhadores/as dos espaços educativos, especialmente as escolas públicas.

Outro aspecto a considerar é que não se pode deixar de trazer a luz conceitual do que, de fato, seja o adoecimento. Se discute muito sobre saúde, mas e sobre adoecimento? E as consequências? Nesse sentido, é necessário que se saiba que adoecemos, mas para além disso é saber como se pode evitar/prevenir tal adoecimento. Saber identificar quais são os condicionantes que estão gerando a subtração da saúde e, paulatinamente, acomodando os sintomas invisíveis ao nosso cotidiano, sem que o identifiquemos, pois essa não percepção, são consequências de nossa falta de tempo e/ou carga horárias extensas que não nos permite perceber que estamos adoecendo.

Nessa perspectiva, conclui-se que a atuação de profissionais multidisciplinares com ações preventivas é uma política acertada. Essa promoção de prevenção não só auxilia na condução de minorar o adoecimento, como, também, permite acolher aqueles/as que, por sua vez, se encontram adoecidos/as por fruto da jornada laboral. Essa ação planejada e intencional chamamos de prática pedagógica.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SAÚDE DOCENTE: Cuidado institucional

As concepções pedagógicas são as diferentes maneiras ou formas pelas quais a educação ou o fazer pedagógico é compreendido. Se evidencia então, sistematizada, a partir de como essas ações pedagógicas são realizadas no cotidiano da construção, do que se chama comumente, de o ato educativo (Saviani, 2005).

Para falar de práticas pedagógicas não basta a conceituação do termo. Foi nessa intenção que delimitar as ações formativas de orientação, prevenção e diálogo com os sujeitos, a partir do planejamento do NAST, se chegou ao entendimento que as atividades ali desenvolvidas estavam consubstanciadas como práticas pedagógicas, pois tinham intencionalidades. As ações estavam eivadas de reflexão contínua para o coletivo de trabalhadores/as.

Para que de fato haja Promoção em Saúde do/a Trabalhador/a, se faz necessário elaborar ações voltadas para a prevenção do adoecimento, criar espaços acolhedor para atendimento deste trabalhador/a adoecido/a e ainda formar pessoas com atendimento humanizado para atuarem diretamente com estes/as trabalhadores/as. Encontram-se hoje cada vez mais pessoas extremamente estressadas e com pressa, a escuta com qualidade é um divisor de águas dentro do acolhimento, ouvir o/a trabalhador/a que muitas vezes é ignorado no espaço laboral, por sua chefia ou ainda pelos colegas de trabalho; cria vínculos (profissionais) e posteriormente partir para as orientações e encaminhamentos dentro da saúde, seja ela física ou mental.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação de Belém - SEMEC implantou no ano de 1999 O Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador - NAST, este possui sua fundamentação a partir da Lei Orgânica da Saúde – LOS 8080/90. O núcleo desenvolve um papel importante na atuação efetiva da promoção e prevenção da saúde junto aos/as trabalhadores/as da educação.

A Secretaria de Educação de Belém possui, atualmente, 4.331 servidores do quadro de magistério, dos quais 3.772 são professores, sendo 2926 efetivos e 846 temporários. Os 559 servidores restantes são os técnicos pedagógicos. A secretaria possui ainda 1.428 servidores que não pertencem ao quadro do magistério, como: Serviços Gerais, Assistentes Administrativos, Auxiliar de Administração e os de nível Superior, que estão distribuídos nos prédios sedes e nos 204 (duzentos e quatro) espaços educativos, distribuído s/as em 08 (oito) Distritos Administrativos na área de Belém (Semec, 2021).

O Núcleo está inserido nas Políticas de Saúde e Educação e tem o papel importante de elaborar o perfil epidemiológico a partir do trabalho, saúde e adoecimento ocupacional como a categoria mais utilizada, estudada e analisada pelos seus profissionais (Semec, 2021). O NAST desenvolveu nos últimos anos ações e práticas pedagógicas que visam permitir um acompanhamento sistemático dos/as servidores/as adoecidos/as ou em processo de adoecimento da secretaria.

Dentre essas ações destacamos o acolhimento, que é o atendimento técnico, escuta qualificada e humanizada baseada na fundamentação teórica e especialidade de cada profissional, assim como a relevância do contexto histórico e o processo saúde e/ou doença do/a servidor/a, somado ao trabalho realizado nos espaços laborais e ao Perfil Epidemiológico (SEMEC, 2021).

Os dados apresentados no relatório de 2021, elaborado pelo NAST, apontam as ações desenvolvidas pelo Núcleo, a exemplo do quantitativo de acolhimentos realizados no ano em questão. No espaço interno do NAST, 94 (noventa e quatro) servidores/as foram acolhidos/as; 06 (seis) servidores/as receberam o acolhimento no próprio espaço de trabalho; 04 (quatro) servidores/as foram acolhidos em domicílio e 01 (um) acolhimento institucional; isto é, foram realizados 105 acolhimentos com servidores da RME (SEMEC, 2021).

Outra ação desenvolvida pelo NAST foi a Orientação em Saúde. Esta ação pedagógica é definida como um processo de separação de demandas que determinam a prioridade de atendimento e acolhimento de usuários, sempre com base em assuntos de saúde relacionados ao trabalho, a dinâmica institucional, parâmetros em saúde, amparos legais e direcionamento a o atendimento pelo técnico responsável. Lá são realizadas as orientações pela equipe do Núcleo sobre a dinâmica institucional e orientações gerais, tais como: as mudanças administrativas, os encaminhamentos de documentos para a perícia presencial e as online, orientações sobre a legislação referentes aos afastamentos por licença saúde, mudança de função e outros. Os números dizem que 239 (duzentos e trinta e nove) servidores foram atendidos, resultando em diversas ações de orientação e que implicam diretamente na vida e saúde do/a trabalhador/a.

Os dados disponíveis e utilizados neste trabalho apontam que no período de janeiro de 2020 e junho de 2021 foram emitidas 1908 (um mil novecentos e oito) portarias referentes a laudos médicos periciais. Deste total de portarias emitidas, 726 (setecentos e vinte seis)

servidores/as da SEMEC tiveram algum tipo de afastamento por motivo de saúde, redução de carga horária, readaptação funcional e licença acompanhamento. Destes 726 (setecentos e vinte e seis) servidores que tiveram emissão de portarias para afastamento, 664 (seiscentos e sessenta e quatro) foram pôr a adoecimento do próprio servidor/a. No levantamento, 19 (dezenove) servidores tiveram portarias emitidas por motivo de redução de carga horária em sua jornada de trabalho, com finalidade de acompanhar seus/suas filhos/as em atendimento terapêutico (SEMEC, 2021).

Quando se analisa os dados quanto ao tipo de adoecimento dos/as servidores/as pode-se observar que os adoecimentos por problemas dos tecidos conjuntivos, ósseo e muscular corresponde a 41,26% dos casos. Historicamente estes são os de maior incidência entre os/as servidores/as da SEMEC. O segundo maior índice é de doenças mentais e comportamentais que correspondem a 30,72%.

As informações relacionadas ao aumento das doenças mentais e comportamentais chamam a atenção. Esse adoecimento vai se intensificar entre os/as trabalhadores/as da educação no período pandêmico. Essas informações corroboram com a constatação feita por meio de pesquisa realizada pela UNICEF no ano de 2021. Segundo a pesquisa “72%, dos professores, teve a saúde mental afetada e precisou buscar apoio”. Segundo os pesquisadores, "os esforços foram estrondosos e o reconhecimento foi – e é – notável, tanto por parte das famílias dos alunos quanto da sociedade civil de forma geral”, continuam eles dizendo que “é também incontestável a pressão que estes profissionais têm sofrido com todos os desafios que a pandemia impôs (Delboni, 2021).

Também, pode-se perceber que os afastamentos gerados por causas e os fatores externos como queimaduras, envenenamentos, intoxicações e machucados pelo corpo, correspondem a 10,99%. Por fim, pode-se verificar que os afastamentos por tipos de câncer também estão presentes.

Destacamos que esse tipo de afastamento já corresponde a 8,28%, independente se é maligno ou benigno, e a região na qual ele se desenvolveu (Semec, 2021). Quanto aos afastamentos dos/as trabalhadores/as, os dados indicam que do total de 1.908 (mil novecentos e oito) portarias, 685 (seiscentos e oitenta e cinco) foram afastados por doenças do/a servidor/a e 47 (quarenta e sete) para acompanhamento familiar. Os números de readaptações

também são preocupantes, 425 (quatrocentos e vinte e cinco) servidores/as foram readaptados provisoriamente e 57 (cinquenta e sete) readaptados definitivamente.

Vale ressaltar que se forem professores/as necessitam de substituição imediata. Destacamos que a readaptação tem previsão legal e consiste na investidura do servidor, indicada por avaliação pericial, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com o cargo original e a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental (Brasil, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cuidado com a saúde do/a trabalhador/a docente, seja através de práticas pedagógicas direcionadas a promoção do desenvolvimento de atividades para o bem-estar físico e emocional ou ainda com ações de prevenção ao adoecimento, sobretudo nas escolas públicas, é um dos fatores que podem contribuir para a diminuição dos processos de adoecimento na categoria docente, especialmente após o período pandêmico. No entanto, para além das práticas pedagógicas, se faz necessário a construção de políticas públicas que proporcionem ao/a trabalhador/a docente, condições de trabalho, formação, carreira e remuneração adequadas para a manutenção de saúde de forma geral.

O diálogo trazido pelas categorias centrais do texto é importante para que se tenha a compreensão do que seja cada uma delas dentro do contexto do adoecimento docente. Não bastando para isso citar como uma definição esvaziada, é preciso desenvolver cada uma delas e relacioná-las com o cenário ou fenômeno científico tal qual elas se apresentam. Aqui se pode dizer que se buscou tratar cada categoria e sua relação com a realidade municipal em Belém do Pará.

Ainda que se tenha uma discussão sobre o trabalho docente estritamente, entendemos que as unidades educativas precisam das categorias de servidores/as que ali atuam. É a partir desses sujeitos, ditos profissionais da educação, que a escola funciona. As ações preventivas também estão direcionadas para esses trabalhadores/as que limpam, zelam, vigiam, cozinham, abrem e fecham a escola. Muito se discute a respeito da importância do/a professor/a, quanto a isso não há

dúvidas, no entanto, a educação, a escola, é composta de sujeitos diversos, com funções, remuneração e carreiras diversas; os quais adoecem independente do cargo ocupado.

Os dados são termômetros para se avaliar que uma rede com aproximadamente 6 mil trabalhadores apresenta um cenário crescente de pessoas afastadas por problemas de adoecimento com os mais diversos tipos de doenças sejam de cunho físico, emocional ou mental. Uma realidade que se estende para outras unidades educativas no Brasil, as patologias podem sofrer alterações, mas é um fato que os/as trabalhadores/as da educação estão doentes ou em processos de adoecimentos. Essa discussão não pretende a naturalização do adoecimento ou ainda a correlação de forma inerente com a profissão, o adoecimento está para além da escola, suas raízes encontram-se nos alicerces do sistema capitalista e sua busca incansável pelo lucro; nas insuficientes políticas de cuidados com saúde (prevenção e promoção); na valorização profissional; na precarização das escolas e escassos recursos para a educação.

É necessário fomentar discussões e produção de pesquisas a respeito do adoecimento e saúde docente, em especial, na Educação básica que é um campo de estudo, onde a maioria dos docentes do país estão desenvolvendo suas atividades laborais nos mais de cinco mil municípios distribuídos pelos 27 (vinte e sete) estados da federação brasileira.

É necessário fomentar discussões e produções de pesquisas a respeito do adoecimento docente e das práticas pedagógicas que podem ser utilizadas para a realização de um trabalho humanizado com os trabalhadores adoecidos, a exemplo do que acontece no Município de Belém, na RME. Este estudo busca provocar outras pesquisas acerca do adoecimento e trabalho docente de professores/as na educação básica no Brasil, na busca de possíveis soluções para o enfrentamento deste mal que assola a educação brasileira, pois o adoecimento da classe docente influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem dos/as educandos/as, não se pode pensar no crescimento e melhoria da educação sem pontuar a saúde dos/as educadores e os estudos demonstram claramente que os/as educadores/as estão adoecendo, estão doentes ou vivenciam processos que futuramente resultarão em

adoecimento. É necessário pontuar o que realmente tem afastado o/a professor/a de sala de aula, seja por licença saúde, readaptação ou ainda aposentadoria por invalidez.

Evidenciar o quadro epidemiológico dos/as educadores é de suma importância para as pesquisas, pois demonstram quais patologias mais acometem os/as educadores/as, que estratégias podem ser tomadas diante dos resultados obtidos? E ainda servem como base para a produção de práticas pedagógicas direcionadas e planejadas, assim como para a construção de políticas de intervenção. Para que se possa planejar estratégias, ao que se refere ao adoecimento dos profissionais de educação, precisamos saber quais as patologias em maior prevalência, quais as categorias de trabalhadores/as mais afastados, entre tantas outras especificidades que podem auxiliar uma ação mais acertada.

De um modo geral, a discussão apresentada nesse trabalho ainda é superficial, considerando que a pesquisa ainda está em desenvolvimento. Entretanto, já aponta dados significativos do ponto de vista das contribuições que as políticas públicas municipais, na rede de educação, sobre a prevenção e o cuidado com os trabalhadores em educação, a partir de ações pontuais de orientação e acompanhamento desenvolvidas pelo NAST/SEMEC.

Não podemos deixar de considerar o contraditório das análises aqui pontuadas. Ainda que sejam pensadas ações de prevenção essas não são, ainda, satisfatórias para atender a demanda de forma qualitativa e universal das categorias que compõe o quadro dos trabalhadores da rede de educação de Belém-Pa. A dinâmica de adoecimento é constante e pensar no sujeito e suas necessidades exigem da gestão pública sensibilidade e proatividade na solução dos problemas prementes.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, Senado Federal, 1990.

- Brasil, C. C. P *et al.* O contexto da docência e sua influência no sofrimento psíquico de professoras do Ensino Fundamental. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 29, nº 2, p. 180-188, 2016.
- Codo, W. (Org.). *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- Delboni, C. . *Estadao.com.br*, São Paulo, 23 de agosto de 2021. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/blogs/kids/pesquisa-mostra-que-72-dos-professores-enfrentam-problemas-de-saude-mental>.
- Dourado, L.F. Reforma do Estado as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252 *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 84.
- Farias, L.M. (2010). *O Trabalho docente nas instituições públicas de ensino superior: intensificação do produtivíssimo acadêmico na UFPA*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém.
- Franco, M.A.S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP*, v. 97, p. 534-551, 2016.
- Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Lima, K. (2007). *Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2005. Meeting of experts on updating the list of occupational diseases, Geneva.
- Rosso, Sadi Dal. *Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- Saldanha, JHS, Pereira, APM, Neves, RF. Módulo Teórico 1: Fundamentos da Vigilância em Saúde do Trabalhador. In: Brasil. Ministério da Saúde. *Curso de Atualização para Análise de Situação de Saúde do Trabalhador -ASST aplicada aos serviços de saúde [recurso eletrônico - Ministério da Saúde, Universidade Federal da Bahia. – Brasília: Ministério da Saúde, pp. 1-43, 2021.*
- Saviani, Dermeval. *Escola e democracia*. 37ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- Secretaria Municipal de Educação – SEMEC. 2021. *Relatório anual do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador - NAST*. Belém-Pa.